

## CONFLITOS TERRITORIAIS E RESISTÊNCIA CAMPONESA NO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES MIRASSOL D'OESTE -MT

Cristiane Gonçalves Ribeiro <sup>1</sup>  
Francisco Fransualdo de Azevedo <sup>2</sup>  
Renata Maria da Silva <sup>3</sup>

### RESUMO

O objetivo deste artigo é promover denúncias e anúncios ocorridos no território de assentamento de Reforma Agraria, denúncias do uso indiscriminado de agrotóxicos em monocultura nos limites do assentamento e anúncios, de produção dos sujeitos do campo a partir do trabalho associado, coletivo e agroecológico. O recorte espacial é o assentamento Roseli Nunes localizado entre os municípios de Mirassol D' Oeste e Curvelândia/Mato Grosso. A pesquisa é exploratória, qualitativa, amparada na pesquisa-ação. Os principais instrumentos de coleta foram o caderno de campo e a roda de conversa. Parte dos resultados apontam que os camponeses do assentamento Roseli Nunes vivenciam conflitos referentes aos agrotóxicos nos limites do seu território, tais conflitos foram identificados pelos assentados ao organizarem o processo produtivo, plantações de roças e hortas nos seu território. O assentamento está cercado por grandes monoculturas de cana-de-açúcar para a produção de biocombustível; teca para exportação de madeiras; soja transgênica e pastagens para criação de gado de corte. Essas atividades fazem uso de agrotóxico cotidianamente. Apesar dos vários desafios vivenciados no campo, decorrentes em grande parte, da ausência de uma política social e econômica que atenda efetivamente à agricultura camponesa, os agricultores /as buscam construir caminhos alternativos de permanência e sobrevivência no campo.

**Palavras-chave:** Conflitos no campo; Agrotóxicos; Agroecologia; Contra racionalidade; Roseli Nunes;

### RESUMEN

El objetivo de este artículo es promover denuncias y anúncios ocurridos en el territorio del asentamiento de la Reforma Agraria, denuncias del uso indiscriminado de plaguicidas en monocultivos dentro sw los limites del asentamiento y anúncios, de producción por parte de sujetos rurales basados em sistemas trabajar asociados, coletivos y agroecológicos. El contorno espacial es el asentamiento Roseli Nunes ubicado entre los municipios de Mirassol D' Oeste y Curvelândia / Mato Grosso. La investigación es exploratoria, cualitativa, sustentada em la investigación acción. Los principales instrumentos de recolección fueron el caderno de campo y el círculo de conversación. Parte de los resultados indicam que los campesinos del asentamiento Roseli Nunes experimentan conflictos em torno a los pesticidas dentro de los limites de su

<sup>1</sup> Doutoranda do Curso de Geografia da Universidade Federal Rio Grande do Norte - UFRN, [cristianegoncalvesribeiro7@gmail.com](mailto:cristianegoncalvesribeiro7@gmail.com);

<sup>2</sup> Doutor pelo Curso de Geografia da Universidade Federal Rio Grande do Norte - UFRN , [ffazevedo@gmail.com](mailto:ffazevedo@gmail.com);

<sup>3</sup>Doutoranda do Curso de geografia da Universidade Federal de Rondônia - UNIR, [renatamaria.enzo@gmail.com](mailto:renatamaria.enzo@gmail.com);

territorio, conflictos identificados por los colonos al organizar el proceso roductivo, lantar campos y huertas em su território. El asentamiento está rodeado de grandes monocultivos de caña de azúcar para la producción de biocombustibles; teca para exportación de madera; soja trasgénica y pastos para la cria de ganado vacuno. Estas atividades utilizam pesticidas a diário. A pesas de los diversos desafios experimentados em el campo, em gran parte resultados de la ausência de uma política social y económica que sirva eficazmente a la agricultura campesina, los agricultores buscam construir formas alternativas de permanência y supervivencia em el campo.

**Palabras clave:** Conflitos em el campo; Pesticidas; Agroecología; Contra la racionalidade; Roseli Nunes;

## INTRODUÇÃO

O estado de Mato Grosso possui posição estratégica na região Centro-oeste e dispõe de algumas características de destaque. Contém três grandes biomas: Amazônia, Cerrado e Pantanal é o 3ª maior estado da federação brasileira em extensão territorial- 903.357, 908 km<sup>2</sup> (IBGE, 2019).

Os municípios de Mirassol D'Oeste, Curvelândia e São José dos Quatro Marcos, estão localizados na Mesorregião sudoeste Mato-grossense, nesta região, entre diversos assentamentos de reforma agrária localiza-se o assentamento Roseli Nunes.

O território do assentamento Roseli Nunes é dividido em 331 lotes com famílias de diversas regiões brasileiras organizadas em núcleos de bases. Com instituições como a escola estadual no/do campo Madre Cristina e Escola de Educação Infantil Municipal Nossa Senhora Aparecida, posto de saúde, igrejas; também presente organizações cooperativistas e associações, grupos de mulheres produtoras de cervejas artesanais, grupo de mulheres que trabalham com policultura e grupo de juventude.

Os assentados do Roseli Nunes são sujeitos que se apropriaram da terra desde o corte dos lotes, onde a agricultura familiar camponesa se refaz através da agroecologia, de Safs (Sistemas Agroflorestais) em áreas do assentamento para a conservação e manejo adequado das águas e do solo.

Nos últimos anos, além de conflitos por acesso a créditos e políticas públicas, há um conflito que vem desestabilizando as famílias desse território: o uso abusivo de agrotóxicos por parte de fazendeiros que possuem propriedades agropecuárias nos limites da extensão territorial do assentamento.

As reflexões presentes no texto partem de pesquisa no território do assentamento Roseli Nunes. A metodologia utilizada é a pesquisa ação participante e os dados empíricos que serão apresentados foram colhidos através de encontros e vivência nesse território, a partir da experiência de inserção na Associação Regional de Produtores Agroecológicos - ARPA, que vem articulando com outras frentes de redes socioambientais, agroecológicas e solidárias, trazendo um novo olhar à produção, comercialização, preservação e conservação da agrobiodiversidade nesse território.

Nesse sentido, o objetivo do texto é promover algumas denúncias e anúncios ocorridos nesse território. Denúncias de usos de agrotóxicos em monocultura ao redor do assentamento e anúncios como: a territorialização a partir de lutas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST; busca se trazer e efetivar estratégias, propostas de produção e reprodução social dos sujeitos do campo a partir do trabalho associado, coletivo e agroecológico.

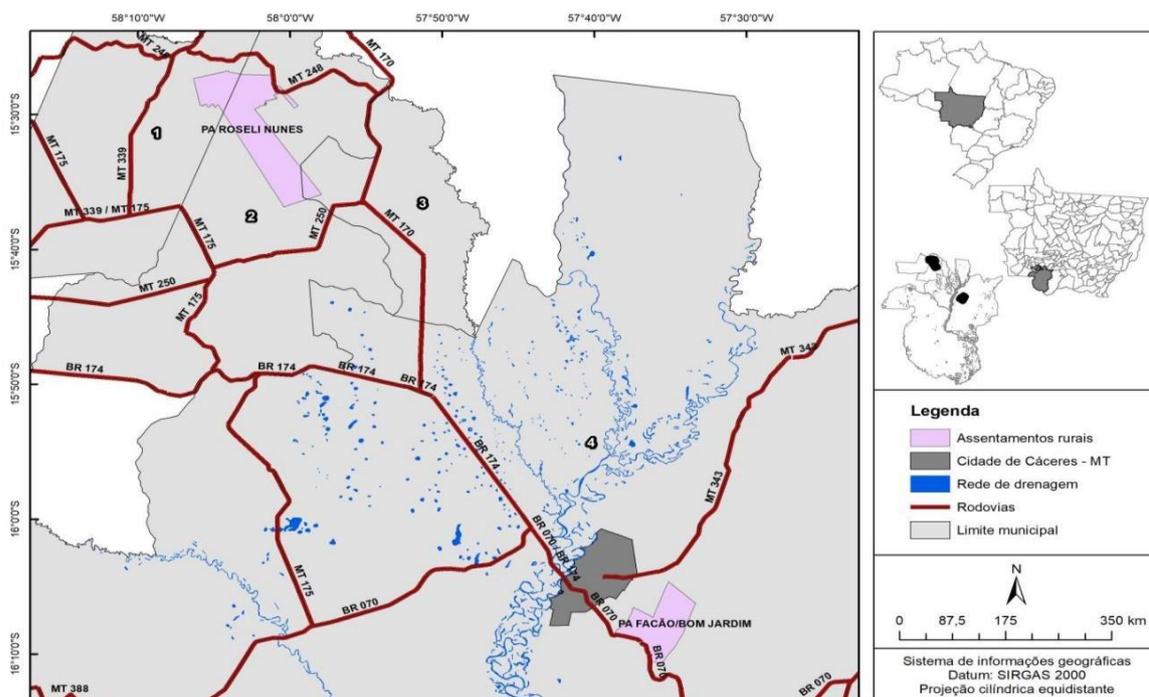
Dentro desse contexto, a Geografia colabora com todas essas relações de poderes, contra poderes, resistências territoriais e resiliência, nesta escala territorial. Segundo Raffestin (1993), o território é uma produção a partir do espaço, revelando relações marcadas pelo poder, que é exercido por pessoas ou grupos e está intrínseco em todas as relações sociais.

## **METODOLOGIA**

Considera-se como recorte de análise espacial o assentamento Roseli Nunes (figura 1), localizado entre os municípios de Mirassol D' Oeste e Curvelândia no estado de Mato Grosso, o assentamento concentra maior quantitativo de produção agroecológica no estado.



**Figura 1: Mapa do Assentamento Roseli Nunes**



**Fonte:** Ribeiro, 2022.

A trajetória metodológica para a realização do artigo se amparará no referencial teórico da pesquisa-ação. Nesse contexto, optou-se por desenvolver a análise investigativa durante os anos de (2020/ 2023) com uso de metodologias como rodas de conversa e caderno de campo, pois busca-se compreender questões particulares de grupos específicos.

Para Santos (2005, p.75) a pesquisa-ação é um processo dialógico que “consiste na definição e execução participativa de projetos de pesquisa, envolvendo as comunidades e organizações sociais populares”. Trazer o território enquanto disputa de espaço de poder promove a reflexão a partir da análise do processo de formação e organização.

Busca-se a discussão desse território e os sujeitos que nele se fazem, almejando uma contra racionalidade, através da agroecologia, das associações e da cooperação do bem viver.

Sendo assim, os trabalhadores/as, camponeses poderão escolher forma de organizações, o que significa conceber a classe trabalhadora a oportunidade de não estarem mais submetidos à divisão do trabalho, o que se dá principalmente na relação do trabalho assalariado, mas sim, na concepção colocada por Marx e Engels (1986, p. 113): de “indivíduos livremente associados”.

Quando trazemos à discussão um texto acerca de conflitos reais existentes em um determinado território, nos colocamos a discutir sobre algumas questões tratando aqui como assuntos chave: *Em que território acontecem esses conflitos? Quais são os conflitos? Quais formas de resistência acontecem nesses territórios? Como acontece?*

Portanto, buscamos embasar teoricamente para acerca de como acontece esses conflitos, de como conceituamos o território, e nos posicionamos a favor da contra racionalidade através da resistência camponesa com a agroecologia, e cooperativismo solidário.

## REFERENCIAL TEÓRICO

O território não é sinônimo de espaço, ainda que apresentem o mesmo significado. Etimologicamente, a palavra território deriva do latim terra e *thorium*, significando terra pertencente a alguém. Pertencente, entretanto, não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas à sua apropriação. Essa apropriação, por sua vez, tem um duplo significado. De um lado, associa-se ao controle de fato efetivo, por vezes legitimado por parte de instituições ou grupos sobre um dado segmento do espaço. Neste sentido, o conceito de território vincula-se à geografia política e geopolítica (GEIGER, 1994).

Segundo o autor, os dois significados podem, contudo, combinar-se definindo territórios plenamente apropriados de direito de fato e afetivamente. Território constitui-se, em realidade, em um conceito subordinado a um outro mais abrangente, o espaço, isto é, a organização espacial. O território é o espaço revestido da dimensão política efetiva ou ambas.

Porém, Milton Santos coloca que o Território são as formas, mas o território usado são os objetos e ações, sinônimo de espaço humano habitado. O território hoje pode ser formado por lugares contíguos e lugares em rede. O território usado surge de ações e processos que ocorrem no espaço contingente, meio ou configuração territorial (SANTOS, 1994).

Entretanto,

É no território, tal como ele atualmente é, que a cidadania se dá tal como ela é hoje, isto é, incompleta. Mudanças no uso e gestão do território se impõem se queremos criar um novo tipo de cidadania, uma cidadania que se nos ofereça como respeito a cultura e como busca da liberdade (Santos 2020, p.18).

O uso do território segundo o autor pode ser definido pela implantação de infraestruturas para as quais estamos igualmente utilizando a denominação de sistemas de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade (SANTOS, 2001).

O território é uma objetivação multidimensional da apropriação social do espaço. A territorialidade, a qualidade é subjetiva do grupo social ou do indivíduo, que lhe permite, com base em imagens, representações e projetos, tomar consciência de seu espaço de vida (RAFFESTIN, 1977, p. 130).

Os conflitos e as estratégias de poder Raffestin, (2011) estão em diferentes níveis e escalas, sejam em territórios locais ou articulados em redes, produzindo e reorganizando o espaço. As dimensões política, econômica e cultural desses espaços se articulam no meio técnico-científico-informacional, o que Milton Santos (2014, p.18) chamou de “a universalização do mundo”. Entretanto, essa universalização não atinge os lugares com a mesma intensidade, devido às diferentes práticas espaciais que diferenciam o espaço (Moreira, 2013, 2019).

Tal transformação só se pode operar por um movimento prático, por uma revolução; esta revolução é necessária, entretanto, não só por ser o único meio de derrubar a classe dominante, mas também porque apenas uma revolução permitirá à classe que derruba a outra varrer toda a podridão do velho sistema e tornar-se capaz de fundar a sobre bases novas (MARX; ENGELS, 1986, p. 109).

A construção desta nova concepção gera possibilidades de desconstruir as desigualdades que historicamente existiram entre as classes sociais. Porém, este é um longo caminho a ser percorrido, em especial, ao que se refere aos processos de desconstrução de estereótipos em relação às agricultores familiares camponeses, instituições cooperativas e associações a economia solidária outras formas de organização que não seguem os princípios mercadológicos, tomada por único dono, sem pensar no coletivo. Elaborando assim a política dos de baixo constituída a partir de seus lugares e de suas visões de mundo (SANTOS, 2008).

Diante deste contexto, Freire (2005) reforça a importância da conscientização dos sujeitos em relação à construção da sua própria história.

Milton Santos traz elementos acerca da solidariedade orgânica e organizacional no contexto das verticalidades e horizontalidades, trazendo essa dinâmica da relação cidade e Campo. Destaca-se a “dialética entre essa universalidade empírica e as particularidades que encoraja a superação das práxis invertidas, até agora comandada pela ideologia dominante, e a possibilidade de ultrapassar o reino da necessidade abrindo lugar para a utopia e para a esperança” (2008, p.82).

Desse ponto de vista, romper com os princípios que fundamentam o capitalismo, significa pensar além dos interesses individuais, e desenvolver princípios pautados na coletividade, para que desta forma possa pouco a pouco provocar a emancipação humana, e a

independência da classe trabalhadora. *De todos modos, no podemos obviar en su definición que la raíz de la Economía Social tiene un fuerte componente de debate político y un vínculo con la voluntad de buscar fórmulas alternativas al capitalismo* (AZEVEDO, ESPELT, 2019 p.03).

Partindo desta compreensão dos autores citados, de alternativas e meios contra esse sistema ao considerarmos o cenário da sociedade atual e, ao olharmos para o contexto histórico do nosso país, podemos perceber que a classe trabalhadora ao longo dos anos foi marcada pelas contradições sociais, considerada apenas como uma classe de serviços, o que representa mão de obra barata a disposição de uma minoria que preza pelo acúmulo do capital.

Percebe-se a atuação em diversas frentes de mobilização social de sujeitos na contramão do Estado na busca pela sobrevivência, através de renda e de qualidade de vida para os seus, neste sentido as associações, grupos formais e informais de economia solidária, as diversas cooperativas e a agroecologia vem ao encontro dessas formalidades nos diferentes espaços e territórios.

Neste sentido, construir práticas sociais que valorizem as/os trabalhadoras/os, significa construir alternativas de organização da sociedade, como forma de contrapor ao sistema capitalista, de modo a romper com este processo alienante e excludente.

Milton Santos (2020) no livro: “O espaço do cidadão”, diante da discussão de espaço, discutirá essa forma de organização a partir de uma contra racionalidade, de círculos de cooperação contra hegemônicos, e da racionalidade orgânica.

As alternativas a esse modelo econômico surgem a cada dia dentro desses grupos de empreendimentos solidários e aderindo a cada dia mais pessoas que são tomadas como fora dos padrões para a mão de obra capitalista, nesse sentido, Dagnino nos contextualiza sobre o resultado da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico um controle autogestionário e de cooperação a tecnologia social (2010, p. 33).

O autor descreve a Tecnociência solidária como uma política cognitiva uma educação e ciência da tecnologia do conhecimento na qual seja democratizada uma ciência tecnologia empírica;

É a decorrência cognitiva da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico (que engendra a propriedade coletiva dos meios de produção) e de um acordo social (que legitima o associativismo), os quais ensejam, no ambiente produtivo, um controle (autogestionário) e uma

cooperação (de tipo voluntário e participativo), provoca uma modificação no produto gerado cujo resultado material pode ser apropriado segundo a decisão do coletivo (empreendimento solidário). (DAGNINO, 2020, p. 61-62).

O trabalho com as práticas agroecológicas vem ao encontro desses anseios nos territórios camponeses e urbanos, a agroecologia passa a ser parte de uma concepção de vida e de trabalho nos territórios. As práticas ambientais agroecológicas representam, segundo Altieri (2002), uma forma de abordar a agricultura que incorpora cuidados especiais relativos ao ambiente, aos problemas sociais e à sustentabilidade ecológica dos sistemas de produção. Desse modo, entende-se que:

“A agroecologia fornece as diretrizes para um manejo cuidadoso dos agroecossistemas, incremento e manutenção da biodiversidade é a técnica principal para restaurar a autoregulação e a sustentabilidade” (ALTIERI, 2012, p. 16). Gliessman afirma que a agroecologia “é o estudo dos processos econômicos e de agroecossistemas, por outro é um agente para as mudanças sociais e ecológicas complexas que tenham necessidade de ocorrer no futuro a fim de levar a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável” (GLIESSMAN, 2005, p. 56). Para o autor, as dimensões agroecológicas são a produção, o consumo, a ciência, a técnica, a educação e a cultura.

Caporal e Costabeber (2002) corroboram a ideia expressa por Gliessman (2005) ao defender o modelo agroecológico como um novo paradigma para promover o manejo adequado dos recursos naturais e, ao mesmo tempo, a redução dos impactos sociais, econômicos e ambientais negativos causados pela agricultura moderna no campo brasileiro. Como a defesa de uma produção livre de agrotóxicos e transgênicos (produtos orgânicos ou agroecológicos) e o discurso sobre cuidados com elementos da natureza (solos, água, ecossistemas), (CANDIOTTO, 2020, p.35).

Toda essa rede deve estar interligada, produção, comercialização nos diversos empreendimentos neste trabalho em redes nos territórios destaca se as cooperativas, “Cooperar é agir de forma coletiva com os outros, trabalhando juntos em busca do mesmo objetivo. Em uma cooperativa de consumo, de crédito ou de produção agrícola, a prática da cooperação educa pessoas para uma mentalidade mais aberta, flexível, participativa, humana e solidária” Gawlak e Ratzke (2013).

O território usado, traduzido pelo lugar, permite a conversão conceitual, em efetividade empírica, real, vivida, mas ao mesmo tempo, individualizada, seccionada da totalidade da qual

faz parte, mas a ela ainda integrada. Vê-se que este território passa a ser palco das diferentes iniciativas de mudanças. Santos destaca o território como o chão e mais a população... A identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence... É a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, o território se metamorfoseia em algo mais do que um simples recurso constitui um abrigo. (SANTOS, 2008).

Santos descreve o lugar-cotidiano partilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições, - cooperação e conflito são a base da vida em comum. Cada lugar é marcado por uma combinação de técnica diferente e por uma combinação diferente de componentes do capital. Como resultado, cada lugar é uma combinação de diferentes modos de produção, particularmente ou modos de produção concretos (1996). Produção essa que pode ser analisada através dos empreendimentos econômicos e solidários nos territórios urbanos e do campo, segundo Azevedo, Alió, Silva:

Em sua maioria os empreendimentos econômicos solidários buscam estabelecer parcerias que visam à cooperação mútua entre as distintas associações e cooperativas, os quais objetivam o bem comum e o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários. Tal realidade sinaliza para a ocorrência de solidariedades orgânicas, as quais visam à permanência, união e fortalecimento dos agentes não hegemônicos (2016 p.7).

Ainda de acordo com os autores, “Os empreendimentos econômicos solidários, têm se constituído como importantes elementos quando se busca compreender os usos do território e as dinâmicas socioeconômicas vigentes no espaço geográfico brasileiro”.

O discurso desenvolvimentista da modernidade, e uma de suas principais vias e o de “viver melhor”, porém, o que percebemos é uma competição entre os países, pessoas exploração de recursos vegetais e minerais, guerras, condições climáticas insuportáveis e irreversíveis nos problemas ambientais.

Busca se, nesse contexto caótico, trazer o conceito do “Bem Viver” advindo dos povos indígenas do continente americano, que nos oferece um modo de vida não baseado no acúmulo de bens, mas sim, em uma conexão com a natureza, fazendo parte dela como um todo.

O Bem Viver questiona o conceito eurocêntrico de viver melhor. É uma proposta de luta que por princípio enfrenta os eixos da colonialidade. Sua fundamentação supera o conceito tradicional do desenvolvimento, porém, sem ignorar as vantagens que podem ser obtidas com os avanços tecnológicos e científicos. O Bem Viver nos convida a uma vida com menos consumismo, prezando pelo ecossistema e evitando que ele sucumba. O crescimento material infinito é análogo a um câncer, que possui propriedades ilimitadas de reprodução e leva o indivíduo à morte, assim é o consumo desenfreado dos recursos naturais. Quando a natureza é utilizada como fonte de recursos inesgotáveis, nos colocamos em direção ao suicídio coletivo. Por isso, é imprescindível

pensar alternativas ao modelo econômico atual. Desse modo, ele é entendido como um caminho para discussão e convívio de diferentes ontologias e para construção da interculturalidade. O Bem Viver, assim, se traduz em uma tarefa decolonizadora, para cumpri-la, será particularmente necessário um processo de decolonização intelectual nos âmbitos político, social, econômico e, claro, cultural (ACOSTA, 2016, p.72).

Vários autores têm apontado brechas, possibilidades e resistências na educação na relação com os movimentos sociais, agricultores, camponeses, instituições, Ongs entre outros, que buscam esse olhar humano o ser humano enquanto consciente e provido de ações em seus territórios. Nesse caminho, imbuídas de tentar responder como ações contra hegemônicas podem funcionar no chão de cada lugar em territórios distintos, esse artigo apresenta parte de um assentamento no território de Mato Grosso, que buscou construir através da práticas desses sujeitos uma contra racionalidade encarando os conflitos do agronegócio em suas terras.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os camponeses do assentamento Roseli Nunes vivenciam conflitos referentes aos agrotóxicos ao redor do seu território. Tais conflitos foram identificados por eles ao organizarem o processo produtivo, plantações de roças e hortas no território conquistado. Isso porque em relação ao agrotóxico, o assentamento está cercado de grandes monoculturas sendo elas: cana-de-açúcar para a produção de biocombustível; teca para exportação de madeiras; soja transgênica em grande escala e extensas áreas de pastagens para criação de gado de corte. Essas atividades fazem uso de produtos químicos como herbicidas, pesticidas e defensivos agrícolas diariamente - o agrotóxico.

Para Castro (2016), a utilização de agrotóxicos no Brasil tem trazido sérias consequências tanto para o meio ambiente, como para a saúde de populações, como a de trabalhadores/as, especialmente os camponeses e suas famílias. Os trabalhadores/as expostos a esses produtos são numerosos, sendo a intoxicação da água a face mais visível do seu impacto na saúde. Os agrotóxicos são bastante utilizados nas produções agrícolas, especialmente em monoculturas. Deve-se, porque plantar uma única espécie propicia condições favoráveis para a existência de pragas e doenças.



O estado é conhecido nacionalmente como o estado do Agronegócio, com discurso de desenvolvimento que cabe a discussão: Conforme Acosta (2016, p.46), o discurso sobre desenvolvimento consolidou uma dominação dicotômica: “[...] desenvolvimento-subdesenvolvimento, pobre-rico, avançado-atrasado, civilizado-selvagem, centro-periferia”. A busca pelo desenvolvimento é uma corrida que quase todos os países anseiam atingir, porém, poucos conseguem, e essa “conquista” depende daquilo que se entende por desenvolvimento (ACOSTA, 2016).

A busca do desenvolvimento pelos países colonizados resulta em um desejo de abandonar suas raízes históricas e culturais, promovendo um único modelo dominante e hegemônico não somente de economia, mas de cultura e saber (ALCANTARA; SAMPAIO, 2017).

Nesse sentido, o diálogo entre saberes científicos e tradicionais nos levam a refletir sobre as colonialidades do poder, ser, saber e cosmogônica, questionando o processo de desenvolvimento que utiliza os recursos naturais de maneira desenfreada. Alcântara e Sampaio (2017) problematizam a visão individualista do ser como aspecto original do ser humano e propõem a necessidade de buscar significado das identidades coletivas, construindo assim uma diversidade cultural e da diferença, valorizando-as.

Atentos ao mercado capital e suas investidas em todo o território visando essa ideia Candiotta, (2020), destaca ainda que:

Assim, entende-se que as injustiças ambientais/territoriais, e suas narrativas, precisam ser evidenciadas e devidamente desconstruídas, por meio de narrativas insurgentes e emancipatórias, que contribuam para despertar a indignação das pessoas, sobretudo em relação às narrativas conservadoras e preconceituosas que têm se fortalecido no atual momento histórico de desinformação, fake News, distorção e ocultação de evidências empíricas e científicas (CANDIOTTO, 2020 p.383).

Quanto aos impactos, relacionam-se à vida direta das pessoas, ao uso dos agrotóxicos ou à exposição ao mesmo. Esses impactos são ambientais, sociais e políticos. Constata-se que tais operações, tanto de mineradoras quanto referente ao uso abusivo de agrotóxicos, impactam diretamente a vegetação e a hidrografia local ou mesmo regional, podendo causar modificações e desequilíbrio ecológico, repercutindo no relevo, no bioma, na qualidade do ar e das águas, ou seja, sobre todo o ambiente e, conseqüentemente, sobre a vida das pessoas que vivem no campo.

Os assentados continuam fazendo resistência a esse projeto capitalista. Como o sistema de monocultura associado a novas tecnologias (revolução verde) e seu discurso fundador de eliminar a fome e dar mais oportunidades de emprego não aconteceu e está longe de acontecer.



Corroborando com Candiotto (2020) a agricultura familiar camponesa não tem as mesmas assistências que o agronegócio, ao exemplo dos acessos a créditos que constituem um processo burocrático, barrando muitos dos que tentam esses créditos, mesmo assim esses produtores não estão parados, esperando que os órgãos públicos decidam o que acontecerá com o futuro do assentamento e das famílias beneficiárias do projeto de Reforma Agrária.

As imagens a seguir retratam o assentamento Roseli Nunes na qual mostra a entrada de um lado o assentamento e do outro fazenda com plantação de cana de açúcar.

**Figura 2: Entrada do Assentamento Roseli Nunes**



Fonte: arquivo pessoal de Ribeiro 2023.

Escolhemos expor aqui algumas das diversas imagens produzidas com os camponeses no território do assentamento e em outros espaços. Temos as imagens utilizadas para a produção da escrita, embasados primeiramente em algumas ações através dos diálogos com os camponeses que fazem a diferença nesse território.

**Figura 3: Práxis no território do assentamento Roseli Nunes**

1: Horta agroecológica em um dos sítios no assentamento; 2: viveiro “Emília Manduca” sede da ARPA; 3: encontro com comissão da Unicafes MT; 4: Colheita de pokas no assentamento; 5: mística em encontro do grupo de intercâmbio em agroecologia -GIAS; 6: realização de feira regional no pátio da UNEMAT Cáceres-MT.

Neste sentido esse assentamento vem mobilizando e fazendo através de suas produções uma diversidade que vai à mesa de diversas pessoas da região, através de entregas diretas em cooperativas de consumo, através de entregas de cestas de produtos com as hortifrutigranjeiros através de vendas em feiras agroecológicas e da rota da agroecologia.

Nesse sentido, novamente o Bem Viver nos convida ao consumo consciente, respeitando o que o ecossistema pode suportar, a evitar a produção de resíduos que não podemos absorver com segurança e nos estimula a repensar os padrões de agricultura não basta enfatizarmos a

importância econômica que as plantas oferecem, precisamos discutir as questões históricas, culturais e de produção.

Optamos por discutir algumas dessas questões com ênfase na dicotomia entre agronegócio e agroecologia, novamente o Bem Viver nos convida ao consumo consciente, respeitando o que o ecossistema pode suportar, a evitar a produção de resíduos que não podemos absorver com segurança e nos incita a repensar os padrões de agricultura.

As condições de produção estrita distinguem-se da ampla devido ao contexto imediato que move os sujeitos e seus discursos. Ao pensarmos nesses pressupostos, acreditamos que o sentido estrito se refere aos sujeitos que constituem esses movimentos modelos de contraracionalidades que participam e propõem na práxis a construção de um território de vida.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Paulo Freire traz em uma de suas obras: O Esperançar no qual escreve e diz assim: É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperançar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar –se com outros para fazer de outro modo.

O assentamento Roseli Nunes passou pela luta pela terra por meio das ocupações de terras e impulsionou a reforma agrária na conquista ou recuperação de territórios no processo territorial. O movimento que luta para conquistar a terra, quando o movimento disputa territórios do latifúndio e do agronegócio, percebe esses conflitos diários, conflitos de poderes do Estado, de grupos sociais e civis.

O que pode-se destacar nesse sentido, é que são os sujeitos que constroem o território, no seu processo de reprodução material e simbólica, historicamente, por meio da luta de classes e condicionados pela lógica dinâmica e contraditória do modo de produção capitalista (CAMACHO, 2010), situação vivenciada pelos camponeses do Assentamento Roseli Nunes, que, na luta por seu território, vivenciam constantes disputas relacionadas principalmente à monocultura da cana de açúcar, teca, soja, com utilização de agrotóxicos e a mineração, entre outros, porque defendem outra realidade para o seu território; buscam romper com o que está naturalizado, institucionalizado e concretizado pelo Estado no campo mato-grossense, que valoriza o capital em detrimento do humano e da natureza.

Apesar dos vários desafios vivenciados diariamente no campo, decorrentes em grande parte, da ausência de uma política social e econômica que atenda efetivamente à agricultura camponesa como um todo, os agricultores /as buscam construir caminhos alternativos de permanência e sobrevivência no campo.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 2016. 264 p.

ALCANTARA, L.C.S.; SAMPAIO, C.A.C. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, v. 40, p. 231-251, 2017.

ALIÓ, Maria Àngels. AZEVEDO, Francisco Fransualdo de. **LA ECONOMÍA SOCIAL Y SOLIDARIA EN LA TRANSICIÓN AMBIENTAL: the social solidarity economy in the environmental transition**. Mercator, Fortaleza, Universidade Federal do Ceará. v. 14, n. 3, p. 89-108, set/dez. 2015.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para una agricultura sustentável**. Rio de Janeiro: Expressão popular, 3ª Ed. 2012.

AZEVEDO, Francisco Fransualdo de. NEGRE, Mallku. CARRERA, Martí Boneta i. **Más allá de la racionalidad capitalista: los proyectos de huertos comunitarios en el contexto de la agricultura urbana y periurbana agroecológica de Cataluña**. xv Coloquio Internacional de Geocrítica Las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista Barcelona, 2018.

AZEVEDO, Francisco Fransualdo de..Espelt, Ricard. **La evolución e impacto de la economía social y solidaria em Brasil y Cataluña**. Revue franco-brésilienne de géographie / Revista franco-brasilera de geografia. N°43, 2019.

AZEVEDO, Francisco Fransualdo de. ALIÓ, Maria Àngels. Silva, Rafael Pereira da. **Espacialidade da economia solidária no Brasil**. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. Vol. XXI, núm. 1.148. 2016.

CANDIOTTO L. Z. P. **Agroecologia: Conceitos, princípios e sua multidimensionalidade**. (Artigo). AMBIENTES. Revista de geografia e ecologia política. Volume 2, Número 2, 2020.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2002.

DAGNINO, Renato. **Tecnologia Social: Contribuições conceituais e metodológicas**. 1.ed. Campina Grande : EDUEPB, 2014. 318p. Disponível em: <

<https://static.scielo.org/scielobooks/7hbd/pdf/dagnino-9788578793272.pdf> >. Acesso em: 15 jan.2021.

DAGNINO, Renato. **Tecnociência solidária: um manual estratégico**. Marília : Lutas Anticapital, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 49. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GADOTTI, Moacir. **Educação popular e educação ao longo da vida**. In: CONFINTEA +6, 2016, Brasília. Coletânea de textos CONFINTEA +6. Brasília: Ministério da Educação, 2016.

GAWLAK, Albino. RATZKE, Fabiane Allage y. **Cooperativismo: primeiras lições**. 4. ed. Brasília: Sescop, 2013.

Geiger, P. P. (1994). **Des-territorialização e espacialização**. In: Território: globalização e fragmentação. M. Santos, M. A. A. Souza, M. L. Silveira. (Orgs). São Paulo: Hucitec.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã (Feuerbach)**. 5ª edição. Editora Hucitec. São Paulo, 1986.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI**. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7ª ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Edusp (2020).

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos Países Subdesenvolvidos**, 2ª ed. São Paulo: Edusp, 440 p. (2004). Tradução, Mirna T. Rego Viana.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 32 ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: HUCITEC, 1994.